



Ministério Público do Estado do Paraná

Promotoria de Justiça da Comarca de Sertanópolis

Recomendação 1/2024

Notícia de Fato 0140.24.000047-5

O **Ministério Público do Estado do Paraná**, pelo membro institucional subscrito investido de atribuição na Promotoria de Justiça da Comarca de Sertanópolis e tendo presente a fundamentação na sequência:

1. **Considerando** atribuição ministerial decorrente do artigo 27, I e parágrafo único, IV, da Lei 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), consistente no exercício da defesa de direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual sempre que imperioso para garantir o respeito pelos órgãos da Administração Pública Municipal, Direta ou Indireta, cabendo, entre outras providências, emitir recomendações;

2. **Considerando** que no afã garantista de referenciados direitos, concorrem os princípios administrativos enquanto pilares de conformação da ação de órgãos, entidades e agentes públicos manejadores da atuação do Estado, figurando explicitamente elencados, para além da baliza da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e razoabilidade, notadamente para o escopo da presente recomendação a eficiência, a motivação e a economicidade administrativas (artigo 27, *caput*, da Constituição do Estado do Paraná);

3. **Considerando** os princípios constitucionais, portanto, “fazem eles a congruência, o equilíbrio e a essencialidade de um sistema jurídico legítimo. Postos no ápice da pirâmide normativa, elevam-se, portanto, ao grau de norma das normas, de fonte das fontes. São qualitativamente a viga-mestra do sistema, o esteio da legitimidade constitucional, o penhor da constitucionalidade das regras de uma Constituição”¹, de maneira a legitimidade do ato, na inteireza da emanção, impõe conformação ao regramento principiológico do Direito;

4. **Considerando** a angariação instrutória na Notícia de Fato 0140.24.000047-5 acerca de dispensas de licitação procedidas pelo Município de Sertanópolis, quais sejam os editais de dispensa 20 e 22/2024, o primeiro destinado à “contratação de empresa para elaboração de projetos complementares para reforma do Clube Operário”, enquanto o segundo voltado para “contratação de empresa especializada para elaboração dos projetos complementares para construção da nova Escola Municipal Santo Tomás de Aquino”, cuja motivação apresentada em ambas não é idônea à dispensação recorrida;

5. **Considerando**, com efeito, o argumento (motivação) foco da dispensa 20, segundo o qual o entrave residiria na “alta demanda do Departamento de Planejamento Urbano, o qual não consegue atender em sua

1 Paulo Bonavides. Curso de Direito Constitucional, Malheiros, 9ª edição, página 265, citado por Dirley da Cunha Júnior. Curso de Direito Administrativo. 12ª edição. Bahia: JusPodivm, 2013, páginas 36 e 37.



Ministério Público do Estado do Paraná

Promotoria de Justiça da Comarca de Sertanópolis

totalidade todas as solicitações encaminhadas, sendo necessário ocasionalmente realizar a terceirização de projetos técnicos especializados” é flagrantemente contrastada pelo conteúdo declaratório do Engenheiro Civil Emilio Augusto Ferro, servidor efetivo dos quadros do funcionalismo municipal, o qual afirmou ter aptidão e condição para realização do projeto e ostenta capacidade técnica para o empreendimento do projeto e quiçá fora abordado/consultado acerca da disponibilidade de trabalho para execução, omissão dolosa deveras havida e ratificada pelo Diretor do Departamento de Planejamento Urbano Gabriel da Silva Galli;

6. **Considerando**, quanto à dispensa de numeral 22, para além do inequívoco argumento dissonante da realidade da carga de trabalho (“alta demanda do Departamento de Planejamento Urbano”), demonstrando nesse sentido, vez mais, a angariação instrutória perante a Promotoria de Justiça em 22/fevereiro com assinalado Engenheiro Civil, o adendo justificador contido no “estudo técnico preliminar” segundo o qual “atualmente este Departamento não dispõe de profissionais em quantitativo e grau de experiência em projetos necessários ao atendimento da demanda existente, justificando-se assim a sua contratação”, é manifestamente inveraz a partir da ouvida do Engenheiro Civil, o qual, a despeito da aptidão para formulação e apresentação ao órgão municipal do projeto necessário, não fora consultado ou colhido mínimo opinativo a respeito, de maneira o motivo declarado fora dolosamente utilizado para amparar a dispensa objetivada;

7. **Considerando**, portanto e dessa forma e a partir do princípio explícito da motivação, os motivos determinantes da decisão de dispensa, uma vez que inexistem, invalidam os atos administrativos de dispensa, presente “a teoria dos motivos determinantes implica para a Administração Pública a total vinculação com os motivos que apresenta para a prática do ato, de tal sorte que, inexistentes os motivos, expõe-se o ato à invalidação”²;

8. **Considerando**, “em decorrência da teoria dos motivos determinantes, a Administração Pública está vinculada e adstrita aos motivos que indica. O que significa que não basta motivar ou fundamentar o ato ou a decisão administrativa. É mister, ademais, que o motivo que ensejou a edição do ato ou da decisão exista e seja idôneo”³;

9. **Considerando**, em concernindo a atos lesivos ao patrimônio público, a inexistência dos motivos é causa de nulidade do ato, porquanto “se verifica quando a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é materialmente inexistente” (artigo 2º, “d” e parágrafo único, “d”, da Lei 4.717/1965 (Ementa: “Regula a ação popular”), aspecto incidente na

2 Dirley da Cunha Júnior. Curso de Direito Administrativo. 12ª edição. Bahia: JusPodivm, 2013, página 59.

3 Dirley da Cunha Júnior. Obra e página citados.



Ministério Público do Estado do Paraná

Promotoria de Justiça da Comarca de Sertanópolis

particularidade (alta demanda do órgão e carência de servidor com aptidão técnica para desencadeamento dos projetos de reforma e construção são embasamentos empiricamente inexistentes);

10. **Considerando** os princípios explícitos da eficiência e economicidade os quais, conjugados, espelham a compreensão de que a atividade administrativa deve ser desempenhada de maneira “rentável, pois ela deve atuar da forma menos onerosa possível, porém com a máxima produtividade, para alcançar resultados ótimos”⁴;

11. **Considerando**, sob o emolduramento dos princípios da eficiência e da economicidade, o encargo pecuniário de R\$ 5.500,00 comprometido como decorrência da dispensa 20/2024 (contratado Renato Francisco Mesquita – Projetos de Engenharia Civil) e R\$ 40.000,00 (com mesmo contratado) oriundo da dispensa 22/2024 implicam dispêndio desnecessário e, portanto, lesivo ao erário municipal, importando no desfazimento do ato ante a clarividente nulidade decorrente da inexistência dos motivos que a determinaram;

12. **Considerando** o vício que inquina os expedientes das dispensas 20 e 22/2024 é de nulidade e, desse modo, não comportam convalidação (“São nulos os atos que não podem ser repetidos validamente. A dizer, em que é racionalmente impossível a convalidação, pois se fossem produzidos, seria reproduzida a invalidação anterior. Assim, os atos que padeçam de vícios relativos ao elemento finalidade, ao elemento motivo e ao elemento objeto ou conteúdo não podem ser convalidados, posto que toda vez que repetidos o vício renasce”⁵);

13. **Considerando** o gasto inexigível com as dispensas de licitação enfocadas para o alcance do fim da feitura dos projetos milita frontalmente contrário ao interesse público (são desnecessárias), porquanto implicam dispêndio de valor na ordem de R\$ 45.500,00 a despeito da existência de aparato de pessoal apto ao mister finalístico de desenvolvimento dos projetos afetos ao ramo da engenharia civil;

14. **Considerando**, nessa temática, a Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual “a Administração pode [deve, constituindo inequívoco poder-dever] anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos...”, demonstrando perfazer claro poder-dever o artigo 53 da Lei 9.784/1999 (processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal), em cujos termos “a Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade...”;

15. **Considerando**, para tanto, a recomendação “é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público, sem caráter coercitivo, por

4 Dirley da Cunha Júnior. Obra citada, página 49.

5 Dirley da Cunha Júnior. Obra citada, página 145.



Ministério Público do Estado do Paraná

Promotoria de Justiça da Comarca de Sertanópolis

intermédio do qual se expõe, em ato formal, razões fáticas e jurídicas sobre determinada questão, com o objetivo de propor ao destinatário a adoção de providências, omissivas ou comissivas, tendentes a cessar a lesão ou ameaça de lesão a direitos objeto de tutela pelo Ministério Público, atuando, também, como instrumento de prevenção de responsabilidades ou correção de condutas” (artigo 107 do Ato Conjunto 1/2019 da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná e da Corregedoria-Geral do Ministério Público paranaense), **RECOMENDA** à Excelentíssima Prefeita do Município de Sertanópolis, **Ana Ruth Secco**, e ao senhor Diretor do Departamento Municipal de Planejamento Urbano, **Gabriel da Silva Galli**, o incontinenti desfazimento dos atos oriundos das dispensas de licitação 20 e 22/2024, cessando os efeitos dos contratos derivados.

RECOMENDA, outrossim, à Excelentíssima **Prefeita do Município de Sertanópolis**, a promoção da responsabilização civil do servidor Gabriel da Silva Galli enquanto autoridade responsável pela justificação das causas conducentes à contratação e enquanto Diretor da pasta municipal de Planejamento Urbano, em tendo havido dispêndio financeiro concernente à remuneração do contratado (artigos 276, § 1º e 277, *caput*, da Lei Municipal 2.029/2012 e artigo 149, parte final, da Lei 14.133/2021).

Consigna o Ministério Público o **prazo** de 15 dias corridos para apresentação de **resposta** acerca do atendimento do recomendado, contemplando inclusive, de modo comprobatório, as **medidas adotadas** em atendimento.

Sertanópolis, 4/março/2024

Conrado Porto Vieira Bertolucci
Promotor de Justiça



Documento assinado digitalmente por **CONRADO PORTO VIEIRA BERTOLUCCI**,
PROMOTOR DE JUSTICA ENTRANCIA INICIAL em 04/03/2024 às 09:20:13,
conforme horário oficial de Brasília, com emprego de certificado digital emitido no
âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de
outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<https://apps.mppr.mp.br/ords/f?p=121:6> informando o código verificador **1884221** e o
código CRC **831144481**
